

REDE DE VIOLÊNCIA VERBAL NOS TUÍTES DE BOLSONARO: “NÓS” VS. “ELES”

NETWORK OF VERBAL VIOLENCE IN BOLSONARO'S TWEETS: “WE” VS. “THEY”

Tania Gastão SALIÉS¹

Livia Mello FRANCO²

RESUMO

Este artigo analisa a violência enquanto fenômeno discursivo nas interações de Jair Bolsonaro com jornalistas, via tuítes. Para fazê-lo, examina as categorias de pertencimento na rede dialógica formada pelos comentários e vídeos que sucedem os tuítes. Com o mesmo propósito, destaca as condições sociais e políticas que dão origem à violência e as implicações morais a ela associadas, entendendo-a como ataques pessoais, insultos e manifestações agressivas com o potencial de impactar moralmente as atividades dos atores sociais. A análise mostra que sempre que há violência verbal nos tuítes do Presidente, os internautas e a imprensa podem responder com igual violência. Isso leva a uma rede de violência verbal que opõe “nós” a “eles” e gera uma rede dialógica de violência verbal que pode ir além das representações discursivas.

PALAVRAS-CHAVE

categorização por pertencimento; rede dialógica; violência verbal.

ABSTRACT

This article analyzes violence as a discursive phenomenon in tweets posted by Jair Bolsonaro, the current President of Brazil. For that purpose, it analyzes the membership categories in the network of commentaries and videos that follow the tweets. In addition, it highlights the social and political context that may originate verbal violence and the associated moral

¹ Doutora em Letras pela Oklahoma State University. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3747185157836643>. E-mail: tancias.salies@gmail.com.

² Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3298234720503433>. E-mail: liviafranco.master@gmail.com.



implications to those involved. Whenever the President tweets show symbolic violence, web-surfers and the press may respond with equal violence. This forms membership categories that oppose “we” and “they” and create a dialogic network of verbal violence that may go beyond discursive representations.

KEYWORDS

membership categorization; verbal violence; dialogical network.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é investigar manifestações públicas de violência verbal em postagens do presidente Jair Bolsonaro no Twitter ao interagir com a imprensa e com internautas. Analisa quatro postagens do presidente na modalidade escrita e dois vídeos igualmente postados no Twitter, transcritos segundo convenções disponibilizadas no Anexo. Além disso, examina comentários e vídeos que se seguiram a essas postagens com o intuito de refletir criticamente sobre como essas postagens são coordenadas dialogicamente e se, no exercício dialógico, reafirmam e desenvolvem a violência iniciada pelo presidente. Nesse processo analítico, destacamos as condições sociais e políticas que dão origem às manifestações de violência, tomando a violência como um fenômeno discursivo que atravessa ataques pessoais, insultos e manifestações agressivas com o potencial de impactar moralmente as atividades dos atores sociais envolvidos.

Metodologicamente, conjugamos procedimentos analíticos da Categorização por Pertencimento ou *Membership Categorization Analysis* (SACKS, 1992; STOKOE, 2012) com a proposta de Rede Dialógica de Nekvapil e Leudar (2002). Embora a Categorização por Pertencimento já tenha sido utilizada em estudos sobre a manifestação da violência na mídia (cf. LEUDAR;



NEKVAPIL; MARSLAND, 2004), não foi justaposta aos conceito de Rede Dialógica. Do mesmo modo, sua interpretação não foi iluminada pelo olhar interacional e pragmático (BALOCCO; SHEPHERD, 2017). Para fazê-lo, revisitamos a literatura que trata da violência verbal e apresentamos o arcabouço teórico-metodológico que nos inspirou discutindo pontos de encontro e afastamento em relação ao estudo aqui empreendido. Nos procedimentos de pesquisa, descrevemos o contexto de geração de dados e como esses se inserem no contexto sociocultural e político contemporâneo do Brasil. Fechamos com uma reflexão crítica sobre os entendimentos que emergiram da análise.

1. VIOLÊNCIA VERBAL NA ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL: O QUE DIZ A LITERATURA?

Redes sociais como o Twitter, YouTube e Facebook despontaram como espaços de posicionamentos, preferências, afiliações e disputa de poder nos últimos anos. Na esfera do discurso político, governos mundo afora logo descobriram o alcance sem limites de plataformas como o Twitter, que passaram a ser exploradas por políticos para divulgar informações anteriormente publicadas pela imprensa, mas raramente para publicizar vieses inovadores nas ações das atividades legislativas (ZAPPAVIGNA, 2012, p. 171).

O ex-presidente Obama foi um dos primeiros a fazer uso do Twitter nas eleições de 2008 visando ganhos políticos, e muitos defendem que sua campanha tornou o Twitter um canal legítimo de comunicação na arena política (TUMASJAN et al., 2010). De lá para cá, parece que tanto o Facebook quanto o Twitter chegaram para ficar nas relações entre políticos e cidadãos, que recorrem às Redes para reagir, criticar ou prestar solidariedade face aos



acontecimentos da contemporaneidade, ações impensáveis na magnitude que hoje possuem, vinte anos atrás. Tais manifestações, no entanto, nem sempre são afetuosas; muitas vezes enquadram-se dentre as que aqui classificamos como ‘violência verbal’: risos, comentários irônicos que desqualificam o outro; ataques pessoais; ameaças veladas; julgamentos de valor preconceituosos e agressões de vários tipos que incluem, “xingar, injuriar, ridicularizar, lançar insultos a outra pessoa, seu caráter, religião, raça, inteligência e habilidades física ou mental” (BALOCCO; SHEPHERD, 2017, p.1021).

Não nos surpreende, portanto, que a ‘violência verbal’ na mídia seja tema recorrente em estudos discursivos das mais diversas abordagens teóricas, em especial dentre aqueles que elegem o discurso digital como corpus. Cunha (2013) e Chiara (2017), por exemplo, o fazem por meio da Análise do Discurso (AD) e demonstram como tais manifestações são alçadas à categoria de ‘violência’ em função do contexto discursivo. Enquanto a primeira analisa um corpus de ofensas verbais em comentários de leitores postados em sites de notícia, a segunda investiga um corpus de debates, redes sociais e sites oficiais mantidos na campanha presidencial no Brasil em 2014. Ambas descrevem a internet como um contexto polêmico em que posições políticas e ideológicas divergentes constituem práticas discursivas voltadas para destruir o adversário, não para discutir ideias. Ou seja, “a violência verbal se materializa discursivamente por meio de ataques e desqualificação direta ou indireta do outro” (CUNHA, 2013, p. 248); diretamente ao personagem (no caso examinado por Cunha, do ex-presidente Lula) ou entre os internautas que veiculam opiniões e críticas em seus comentários. Chiara, inspirando-se em Foucault (1996), ainda defende que discursos ditos agressivos parecem ser a expressão de uma vontade de se criar verdades.



Desse modo, as temáticas selecionadas voltam-se para o ataque pessoal. Na referida campanha de 2014 em que disputaram Dilma Rousseff e Aécio Neves, ilustra Chiara (2017,p. 122), os temas foram “Aécio bate, bebe, dirige alcoolizado.Dilma é mentirosa, leviana”.Chiara ainda recorre à Semiologia Histórica (SARGENTINI, 2011) para destacar as implicações dos perfis fictícios e pseudônimos na internet:afastam a punição individual, pois há um grupo de pessoas que replicam a violência verbal (os insultos, neste caso) em grande escala e assim autorizam a intolerância, já que o território da internet favorece o surgimento de grupos de pertencimento que se opõem dicotomicamente e inviabilizam o debate e o respeito à diversidade.Do mesmo modo, os ataques à pessoa, apareceram predominantemente em Cunha nos comentários entre os internautas.Ambos os estudos (CUNHA, 2013; CHIARA, 2017) interessam-nos particularmente por adotarem uma abordagem discursiva na análise da violência verbal e ilustrarem suas implicações e modos de materialização. Tal qual as autoras, defendemos ser a verdade um fenômeno complexo, constituída pelo momento histórico, cultural e discursivo (ou seja, pelo contexto) e pelo ponto de vista dos interactantes. Isso implica refletir sobre as relações da linguagem com a ideologia, com a moral e a ética e com o contexto social em que ocorrem as postagens (tuítes e comentários digitais).

Também nos interessa o olhar interacional e pragmático proposto por Balocco e Shepherd (2017,p.1033) que ressaltam não ser a anonimidade, os temas ou conteúdo das postagens os responsáveis pela violência verbal ou *flamingon-line*, mas sim a percepção de antagonismo em relação ao outro participante, que emerge do cenário de dissenso.As autoras examinaram a violência verbal (*flaming*) em comentários digitais postados em sites de



notícia em período que se sucedeu à eleição presidencial de 2015 e que foi pautado por manifestações contra a então presidente Dilma Rousseff. Para as autoras, é na análise de aspectos interacionais e do cenário de conflito em que ocorrem os comentários que se encontram os índices para a compreensão da violência verbal *on-line* (p. 1015). “A mídia digital por si só não motiva o uso de linguagem agressiva e hostil” (p. 1015).

Afastando-se do discurso *on-line*, mas em viés metodológico de nosso interesse, Leudar, Nekvapil e Marsland (2004) investigam a apresentação pública da violência em comunicados à nação por George Bush e Tony Blair e em discurso de Osama bin Laden publicizados em Rede de Televisão após os ataques de 11 de setembro 2001 a Nova Iorque e Washington. Usam a Categorização por Pertencimento (MCA, *Membership Categorization Analysis*) para mostrar a polarização entre ‘nós’ e ‘eles’, enquanto estratégia para justificar ações violentas já executadas no plano político e preparar o terreno para outras ainda por vir. Bush e Blair adotam a estratégia em termos sociais, políticos e morais, enquanto Osama bin Laden o faz em termos religiosos. Em outras palavras, a apresentação da violência como retratada por Leudar, Nekvapil e Marsland funciona pragmaticamente como avaliação moral de eventos passados e preparação para outras ações violentas que estão por vir. Os autores ainda propõem que os argumentos desses atores políticos, que se encontram separados no tempo e no espaço, parecem articulados dialogicamente, pois a análise individual dos discursos, seja de Bush, Blair ou Bin Laden seria insuficiente para compreendê-los.

Na realidade, segundo Leudar, Nekvapil e Marsland (2004), as falas desses líderes constituem uma rede dialógica de construção de sentido em que uma complementa a outra. Isoladas, as falas individuais



perdem a significação. Ou seja, para entendermos as posturas de Bush e Blair assim como os comunicados à nação em termos sociais, políticos e morais, temos que contrapô-los à fala de Bin Laden na Rede de TV do Qatar, AlJazeera, e seu discurso de viés religioso, dentro do contexto mundial pós 11 de setembro de 2001.

Para ilustrar como tal articulação acontece, usam a Rede Dialógica (*Dialogical Network*, DN) pionerada por Nekvapil e Leudar (2002). A Redemostra que ao categorizarem, os participantes fazem algo mais do que simplesmente ‘categorizar’ (cf. HAUSENDORF, 2000; MORATO; BENTES, 2017): agem pragmaticamente no mundo para fins que só o contexto macro pode esclarecer. Leudar, Nekvapil e Marsland (2004) citam o exemplo de um estudo anterior (LEUDAR; NEKVAPIL, 2000) em que analisaram como os romenos eram categorizados na mídia tcheca em quatro debates televisivos dos quais participaram romenos e tchecos. Os tchecos categorizavam os romenos negando aspectos que consideravam positivos em si próprios para provocar a rejeição dos romenos pelo público ou gerar protestos contra essa mesma rejeição.

No caso do 11 de setembro, a categorização por pertencimento funcionou de modo semelhante: delimitou características morais, sociais e religiosas de Bush e Blair por um lado, e de bin Laden de outro, visando provocar rejeição, recrutar aliados e justificar futuras ações igualmente violentas, mesmo que discursivamente não fossem assim representadas pelos atores sociais (LEUDAR, NEKVAPIL; MARSLAND, 2004, p. 244). Ou seja, ‘nós’ e ‘eles’ são categorias de pertencimento, as “mais gerais que os atores sociais têm ao seu dispor enquanto praticam sociologia no cotidiano” (p. 245). Nossa análise é inspirada por esses mecanismos de categorização e pela



Rede Dialógica, aportes teóricos que detalhamos na sequência, em um viés interacional e pragmático.

2. CATEGORIZAÇÃO POR PERTENCIMENTO (MCA)

A Categorização por Pertencimento (MCA – *Membership Categorization Analysis*) vem sendo revisitada e ampliada por pesquisadores como Leudar e Nekvapil (2000), Leudar, Nekvapil e Marsland (2004), Stokoe (2012), Fitzgerald e Hausley (2015) e Pádua (2017). É um viés teórico-metodológico que visa entender as categorias construídas localmente pelos participantes discursivos, assim como nuances a elas relacionadas que, apesar de geralmente passarem despercebidas, as constituem igualmente por localizarem no contexto sociocultural mais amplo. Sua origem remonta ao conceito de Mecanismos de Categorização proposto por Sacks (1992), que explica como reunimos membros de uma coleção em uma categoria por força das práticas socioculturais e por meio de inferências. Se um membro é assinalado a uma categoria, qualquer ação praticada por esse membro é igualmente considerada exemplar dessa categoria.

Distingue-se da Análise da Conversa pela unidade de análise (as práticas cotidianas de descrição do mundo sinalizadas por ‘exemplares’ de uma categoria), pelo tipo de corpus (situações interacionais que ressaltam aspectos morais, culturais ou identitários relacionados à construção da realidade) e pela preocupação com o contexto. Estudos que recentemente revigoraram a MCA como metodologia de análise, olham especialmente para como o conhecimento geral sobre as pessoas é evocado e reproduzido no e pelo discurso, assim como para os efeitos que geram (LEUDAR; NEKVAPIL; MARSLAND, 2004, p. 245). É nesse sentido que Leudar,



Nekvapil e Marsland consideram a violência discursivamente representada, atos de violência de fato.

Conceitualmente, a MCA orienta-se, por exemplo, pelos corolários da economia e da coerência. Enquanto o primeiro assinala que basta uma categoria de pertencimento para descrever toda uma coleção, mesmo que possamos usar outras, o segundo assinala que se usarmos uma categoria para descrever um membro de uma coleção, essa categoria ou outras da mesma coleção podem caracterizar outros membros dessa coleção. Em outras palavras, os alunos de uma disciplina podem descrever o professor como ‘professor’ apenas. No entanto, podem caracterizá-lo como ‘professor titular’, associando duas categorias: uma da coleção ‘atividade profissional’ e uma da coleção ‘nível profissional’ no exercício do corolário da economia. Já o corolário da coerência explica como identificamos dois membros como pertencentes a uma mesma coleção mesmo que em enunciados aparentemente distintos. O exemplo clássico usado por Sacks (1992, p. 247) é “O bebê chorou. A mãe o pegou.” Interpretamos serem bebê e mãe pertencentes a mesma família ou ‘coleção’. Do mesmo modo, inferimos ser parte do rol de deveres de uma mãe acudir um bebê que chora. Há, portanto, atividades que são orientadas para uma determinada categoria ou por elas delimitadas, conforme nos explica o autor. Se nos referimos a um ‘professor titular’, encontram-se entre as inferências possíveis atividades geralmente desenvolvidas pela categoria (fazer pesquisa, dar aulas, publicar artigos, dentre outras), pois as categorias associam-se a ações particulares que são regidas socialmente por direitos e deveres. A presença de pares relacionais (pai-filho; professor-aluno; presidente-cidadãos, por exemplo) implica social e moralmente direitos e deveres na relação social entre eles.



Visando a sistematização dos procedimentos analíticos da MCA, Stokoe (2012) listou cinco passos: (1) a percepção de uma categoria e a subsequente seleção de exemplares semelhantes em várias situações discursivas; (2) a compilação de menções explícitas da categoria por meio de mecanismos de categorização e de menções implícitas por meio de atributos ou outros mecanismos que a mantenha ativa no discurso; (3) a análise da orientação para ação sinalizada pelo discurso localmente e dos mecanismos de categorização que a sustenta; (4) o exame de fatos que se coadunam com a orientação dos interlocutores em relação à categoria ou de mecanismos de categorização diretos e indiretos, suas consequências interacionais e as características de sua co-ocorrência; (5) a identificação dos sinais de resistência à categorização ou seus mecanismos. Esses passos orientaram nossa escolha de exemplares de tuítes (passos 1 e 2) e a análise que a sucedeu (passos 3, 4 e 5).

2.1. DÊITICOS E A CATEGORIZAÇÃO POR PERTENCIMENTO

Os dêiticos referem-se aos modos como a língua codifica aspectos do contexto em um dado enunciado e pressupõem a existência de um enunciador assim como de um público alvo que os irá interpretar à luz do ponto de vista de quem enuncia (cf. HASAN, 2011; LEVINSON, 1983; MEY, 2001; TRASK, 1999; ODEBUNMI; OLANIYAN, 2006). Levinson (1983, p. 55) já nos informara sobre como os dêiticos atuam no plano pragmático. Segundo o autor, eles apontam para o contexto de uso, por isso são chamados de índices; por isso orientam a referência para as “coordenadas contextuais” de um proferimento (MEY, 2001, p.54). Quem fala representa o centro dêitico; assim sendo, o uso dos dêiticos é condicionado pela intenção e pela atitude do enunciador para com o tópico e o contexto (HASAN, 2011, p. 9). Interessa-



nos aqui especialmente os dêiticos pessoais ('nós' vs. 'eles' e suas variantes) e espaciais ('esta' vs. 'essa' e suas variantes).

No caso dos primeiros, os pronomes pessoais, distinguem quem fala do público alvo e de todos os outros ouvintes (TRASK, 1999, p. 68). De acordo com Odebunmi e Olaniyan (2006, p.7), “a primeira pessoa inclui quem fala, a segunda pessoa o público alvo, mas a terceira pessoa exclui tanto quem fala quanto o público alvo”. Já os dêiticos espaciais (pronomes demonstrativos) localizam no espaço o referente. Fato é que, como defende Pennycook (1994), o uso de pronomes é complexo, pois todos só significam em contexto, em relação àquilo para o que apontam e dentro de um quadro de relações sociais. É o contexto que define a interpretação. Daí nossa preocupação em delinear o contexto em que os tuítes de Bolsonaro aqui analisados acontecem, de modo a podermos refletir sobre os papel dos pronomes na formação de categorias de pertencimento ou de endogrupos ('nós') e de exogrupos ('eles'). Em outras palavras, no discurso político, os pronomes podem associar ou dissociar políticos de suas ações visando persuadir a sociedade de modo geral sobre a correção dos rumos/decisões por eles escolhidos (HASAN, 2011). A persuasão, como nos diz van Dijk (2006, p. 735), é resultado da colaboração cognitiva entre a situação discursiva, o texto e o contexto (VAN DIJK, 2006, p.735).

Se por um lado o 'nós' define quem pertence à categoria do enunciador, por outro define quem não pertence (PENNYCOOK, 1994). Nas palavras de Pennycook, ao usar o pronome 'nós', reivindicamos autoridade pela comunalidade e construímos o par relacional 'nós/eles' ou 'nós/vocês'. Um só pode ser entendido em relação ao outro. Ou seja, ao assumir pertencer a categoria 'nós', o enunciador constrói simultaneamente quem pertence à



categoria 'eles'. Enfim, o autor demonstra como os sentidos são construídos no e pelo discurso (FAIRCLOUGH, 1989) e que nenhum pronome faz referência de modo neutro a um mundo sem problemas. Todos abrem questões relacionadas à linguagem, às relações de poder e de representação (p.178).

3. REDE DIALÓGICA (DN)

A Rede Dialógica (DN, *Dialogical Network*), enquanto arcabouço teórico para análise de discurso, foi introduzida por Nekvapil e Leudar (2002) e propicia aos analistas a possibilidade de examinar como notícias nas Redes Sociais, TV, jornal, conferências, rádio são articuladas em uma rede temática, interacional e argumentativa. Ao usarmos o conceito, intencionamos mostrar como os tuítes do presidente Bolsonaro e os comentários que os sucedem constituem uma Rede Dialógica (DN). O que é dito por um, não é exatamente um evento discursivo separado dos outros, principalmente se considerarmos retuítes e a possibilidade de sincronia nas postagens de comentários.

4. CONTEXTO: TUÍTES, POLÍTICA E IMPRENSA NO BRASIL DE BOLSONARO

Segundo Crystal em entrevista a AUTOR (2013, p.31), “uma pergunta que ainda não mereceu a atenção devida é qual seria a melhor forma de classificar os tuítes”. Zapavigna (2012, p. 38) os caracteriza como uma performance orientada pelo desejo humano de pertencer a uma comunidade (aspecto que reforça o uso de categorias de pertencimento como procedimento analítico):

Nós existimos em comunidades de outras vozes com as quais desejamos nos conectar. Os posicionamentos, observações e avaliações que compartilhamos existem em relação aos significados construídos por outros membros da rede social e em relação a todas as redes potenciais



de significação. Em outras palavras, performamos identidades *on-line* visando nos conectar com outros (ZAPAVIGNA, 2012, p. 38)³.

Em meio aos variados tuítes que circulam na internet, há tuítes de personalidades políticas de grande influência como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-presidentes dos Estados Unidos da América (Donald Trump e Barack Obama), congressistas e senadores. Fato é que o Twitter tornou-se a ferramenta mais utilizada por políticos proeminentes e o Presidente Jair Bolsonaro não é exceção. No Twitter, desde 2010, Bolsonaro tem 5.6 milhões de seguidores com os quais interage por meio de vídeos e postagens nas quais confronta, demite ministros e faz declarações não oficiais que geram polêmicas. Apesar de parte do emaranhado caótico que é o Twitter, suas declarações saem da “caixinha” potenciando reações e ressignificações nos comentários e retuítes. Mesmo que as declarações muitas vezes pareçam descontextualizadas, com imagens e reportagens deslocadas das fontes ou editadas, transformam-se em informação nova, não raramente distante do dado inicial de origem.

Limitados pelos 180 caracteres, os tuítes, retuítes e comentários subsequentes podem erguer muros ideológicos e arquitetar categorias de significação ainda impensadas. Tais tuítes formam nosso objeto de análise. Em especial, voltamos-nos para os tuítes do Presidente Bolsonaro dirigidos à imprensa e as reverberações que provocam em comentários subsequentes. Os dados selecionados para análise são recortes de tuítes, comentários e

³ “[...] we exist within communities of other voices with which we wish to connect. The stances we adopt and observations and evaluations we share all exist relative to the meaning-making of the other members of our social network and to all other potential networks of meaning. In other words, we perform our online identities in order to connect with others” (ZAPAVIGNA, 2012, p. 38).



vídeos que destacam o embate de Bolsonaro com a imprensa brasileira nos dois primeiros meses do ano de 2020, segundo os passos (1) e (2) de Stokoe (2012). O objetivo é analisar as formas de violência verbal e suas repercussões como anteriormente explicitado.

Já logo nos primeiros meses de governo, os conflitos com a mídia assumiram protagonismo nos tuítes do presidente. Em março de 2019, por exemplo, acusou a repórter do *Estado de São Paulo*, Constança Rezende, de dar falsas declarações para derrubar o governo recém empossado e arruinar a vida de um de seus filhos. Mais de trintamil seguidores comentaram o tuíte e outros tantos clicaram *like* dentre as mais de dois milhões de visualizações. Em janeiro de 2020, ao sancionar o “fundão eleitoral” de dois bilhões de reais, foi chamado de traidor nos comentários. Não gostou e reagiu em vídeo chamando os apoiadores à reflexão (cf. OYAMA, 2020, p. 2). Verdade é que desde 2019, o Twitter tornou-se um espaço de polarização entre apoiadores e críticos do presidente. Se instigados por estratégias discursivas que sinalizam ‘violência’, nas suas mais diferentes formas, parecem responder com igual violência, criando uma rede de violência verbal. Os dados aqui analisados visam a examinar essa conjectura.

5. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Visando compreender a violência verbal presente em Twitters de Bolsonaro, colecionamos tuítes e retuítes, assim como vídeos e *lives* do presidente durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020. Deles selecionamos 7 tuítes, seus retuítes e 2 vídeos/*lives* transcritos conforme as normas de transcrição no Anexo. Os critérios de seleção envolveram (1) haver afronta, aumento de tom e volume de voz e, nos vídeos e imagens expressões



faciais indexando desconsideração e/ou desrespeito para com os jornalistas ou entre os internautas ao retuitar e responder às mensagens (passo número 1 em STOKOE, 2012) e (2) haver percepção de pistas semelhantes formando subsequentes exemplares da categoria (passo 2 em STOKOE). Ou seja, foram selecionados os tuítes e *lives* em que havia pistas multimodais indexando conflito ou polarização.

Esse corpus foi analisado qualitativamente da seguinte forma: em primeiro lugar, verificamos o modo como o presidente categoriza os jornalistas no uso pronominal (por exemplo ‘nós’ vs. ‘eles’; ‘esse’ vs. ‘esta’); nos qualificadores e por meio do modo e aspecto verbal (icoativo, iterativo, conclusivo). Esse passo permitiu-nos examinar se Bolsonaro cria oposições na forma de um par relacional, como aconteceu no estudo de Leudar, Nekvapil e Marsland (2004) sobre os discursos de George Bush, Tony Blair e Osama bin Laden. ‘Nós’ representaria a categoria que inclui aliados que pensam igual ao presidente e que exclui aqueles que se oporiam às ideias veiculadas por ele nos tuítes. ‘Eles’ representaria a categoria que inclui opositores ou aqueles que discordariam das iniciativas e atitudes de Bolsonaro. Em segundo lugar, examinamos os marcadores discursivos como ‘mas’, ‘no entanto’, ‘só’ (conjunções adversativas e advérbios), que formam oposições no discurso, assim como as inferências e os implícitos (‘não ditos’) no plano pragmático, visando igualmente verificar se há formação de pares relacionais.

Em um terceiro momento, analisamos o contexto e a situação discursiva que levam os envolvidos nos tuítes a desqualificar o outro ou qual a orientação para a ação sinalizada pelo discurso (passos 3 e 4 de Stokoe, 2012). Esses procedimentos nos ajudaram a entender o que possivelmente induz os



atores sociais ao uso da violência verbal e quais as intenções pragmáticas que subjazem a linguagem por eles utilizada nos tuítes.

Por fim, refletimos sobre os comentários no processo interacional. Como reafirmam e desenvolvem a violência iniciada pelo presidente ou como a sustentam? O objetivo foi examinar se haveria uma rede dialógica de violência no encadeamento de tuítes e comentários por menções diretas e indiretas, assim como resistência à orientação dos interlocutores (passo 5 de Stokoe, 2012).

Ao executarmos esses passos, justapomos uma seleção de tuítes, comentários e vídeos que apresentam sequências semelhantes de descrição-categoria-predicado-ação e que remetem a significados nas dimensões política, moral e ética. Na próxima seção, apresentamos a análise e as respostas às perguntas de pesquisa.

6. A VIOLÊNCIA VERBAL: COMO E PORQUE SE MANIFESTAM NOS TUÍTES DE BOLSONARO?

Os dois primeiros tuítes selecionados para ilustrar nossa resposta às perguntas de pesquisa (Tuítes 1 e 2) têm como participantes discursivos o juiz Sérgio Moro, uma reportagem do Jornal *O Globo*, e a crise gerada pelo aparente inevitável pedido de exoneração do cargo por Moro em janeiro de 2020:

Tuíte 1: Jair M. Bolsonaro @ jairbolsonaro 14 de janeiro
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1217063880377147400>
“- Essa imprensa é uma vergonha. Lê meus pensamentos e ministros se convencem a não se demitirem a si próprios. KKKKKKKK & KKKKKKKK”



Na sequência do Tuíte 1, consta a imagem de Sérgio Moro retirada de tuíte do jornal *O Globo* (postado em data anterior) e um único trecho legível(a fonte gráfica utilizada prejudicou a legibilidade):

“Ministro Augusto Heleno convenceu Moro a não demitir Sérgio Moro (@SF_Moro), diz livro. globo/2uLRCH9

No link (globo/2ulrch9) proposto na própria sequência do Tuíte 1, encontramos o Tuíte 2, do jornal *O Globo*, uma errata em que a mesma foto de Moro é postada:

Tuíte 2: O Globo Brasil@OGloboPolitica 13 de janeiro
<https://twitter.com/oglobopolitica/status/1216767507794669568>
 “Correção: Ministro Augusto Heleno convenceu Bolsonaro a não demitir Sergio Moro (@SF_Moro), diz livro.glo.bo/2uLRcH9”
 [FOTO DE SÉRGIO MORO]

No Tuíte 1, o presidente qualifica a imprensa brasileira ‘como uma vergonha’. Aquilo que é classificável como vergonha é condenável, desonroso. Usa o aspecto verbal iterativo (‘lê’), já que o enunciador parece entender ser o ‘comportamento vergonhoso’ uma característica habitual da imprensa brasileira no estado de coisas descrito. Por fim, usa o pronome demonstrativo ‘essa’ em “**essa imprensa** é uma vergonha” (grifo nosso). O fato de ser ‘essa’ e não ‘esta’ sinaliza a história pregressa do relacionamento de Bolsonaro com a imprensa, pois desencontros como o ilustrado em (1) já ocorreram no passado, como é sabido por quem o acompanha no Twitter e conforme discorreremos em nossa análise do contexto de geração dos dados. O uso de ‘essa’ parece sinalizar também que **toda a** imprensa brasileira poderia



ser empacotada em uma mesma categoria, sem distinção ou grau, em uma generalização que não admitiria exceções.

Ao mesmo tempo, é nosso conhecimento de que, biologicamente, é impossível a imprensa ler os pensamentos do presidente ou ainda de que é prerrogativa do presidente manter ministros no cargo ou demiti-los. Não basta um ministro se convencer a não se demitir a si próprio. Em ambos os enunciados, o conflito entre o dito e o não dito, espaço em que reside nosso conhecimento compartilhado, dá lugar à uma atitude que, no nível pragmático, funciona como um ataque à imprensa em geral e não apenas ao jornal *O Globo*, fonte do desencontro.

Cabe-nos ainda refletir sobre a origem etimológica do substantivo ‘vergonha’. A origem latina da palavra (*verecundia*), dentre outras coisas, a caracteriza como uma forma de controle político e social advindo da consciência de que um dado comportamento causa desonra ou é defeituoso. Se assim o é, referir-se à imprensa como uma vergonha pode indexar a intenção de acuar ou até mesmo de calar mediante a conscientização sobre comportamentos desonrosos ou que causem humilhação. O riso que fecha a sequência (KKKKK) reforça a maneira sarcástica com que o Presidente parece se posicionar frente a um fato que já havia sido corrigido pela fonte publicadora (Tuíte 2). Um sarcasmo que pode denigrir e humilhar e que portanto pode ser classificado como violência verbal.

O fator motivador, neste caso, foi a troca do nome de Bolsonaro pelo de seu ministro Moro no Tuíte de *O Globo*. Foi o general Heleno quem convenceu Bolsonaro a não demitir Moro e não Moro a não demitir a si próprio. Um dia antes (no dia 13 de janeiro), no entanto, o jornal tuitou a errata (Tuíte 2), postagem ignorada pelo Presidente. Por mais grave que seja um erro



dessa monta, não nos parece justificar uma reação que etiquetaria toda a imprensa como uma vergonha. Ela se seguiu com 7,1 mil retuítes e uma série de comentários que também geraram retuítes e outros comentários em uma exponenciação das formas de violência presentes no Tuíte 1. Fora de contexto e individualmente, esses comentários tangenciam as significações que assumem em relação à postagem do Presidente e à luz do cenário político brasileiro, ultimamente orientado para o conflito. A grande maioria dos comentários desqualifica a imprensa brasileira, se alinha ao presidente e, em forma, em par relacional, a categoria “nós” (os alinhados ao Presidente) e, em oposição, a categoria “eles” (todos os jornalistas). Alguns desses comentários⁴ foram postados no mesmo dia em que o presidente tuitou (14 de janeiro). Em negrito, destacamos referências e qualificadores que classificam a imprensa de modo desrespeitoso, em alinhamento ao Tuíte 1, instanciando uma rede dialógica de violência verbal.

Tuíte 3: João Carlos. 14 de janeiro

Em resposta a @JairBolsonaro

Quem dera todos os empregos fossem assim! “Eu convenci a mim mesmo que eu não vou ser demitido” HAHHAHAHAHAHAHAHAHA

Tuíte 4: Ian Costa.

Em resposta a @joãocarlos

Melhor seria, “eu convenci a mim mesmo que, além de não me demitir, eu mereço receber um aumento” 🤔🤔🤔🤔🤔🤔

Tuíte 5: Maria Cristina.

Em resposta a @JairBolsonaro

A **imprensa da calúnia e da farsa** em prol de objetivos políticos da esquerda. **Beira o ridículo.** 🤔

⁴ Mesmo sendo o Twitter uma plataforma pública e de livre acesso, optamos por não identificar os autores dos comentários que formam a Rede Dialógica. Os nomes utilizados são fictícios. Se os leitores assim julgarem necessário, poderão acessar o Tuíte 1, na internet e terão disponibilizada a Rede Dialógica por completo.



[VÍDEO DO PRESIDENTE DO PRONA, ENÉAS CARNEIRO “Essa **imprensa podre, que defende interesses escusos, antinacionais** (...)” com 6,7 mil visualizações]

Tuíte 6: Marlon dos Santos.

Em resposta a @JairBolsonaro

Bom dia, SR Presidente. **A jornalista** que escreveu essa **mentirada** é aquela NIPO-BOLIVARIANA q fez “perguntas p/o SR no Roda Viva, sendo respondida como ele mereceu. Ficou chateadinha e esta precisando d jabá, uma vez q este governo acabou c/ **essa patifaria**. Mais **uma canalha!**

A ‘ser uma vergonha’ juntaram-se outros qualificadores (em negrito) nos Tuítes 5 e 6, que não só demonstram o poder de multiplicação da violência verbal, mas que também parecem definir com contornos absolutos, sem matizes, a imprensa brasileira: imprensa da calúnia e da farsa, ridícula, podre, canalha, que defende interesses escusos, antinacionais, e que escreve mentira, patifaria. Esses qualificadores dialogam em rede com o Tuíte 1, com a situação discursiva e o contexto de geração dos dados.

Por outro lado, os risos nos Tuítes 3 e 4 refletem uma prática comum nos tuítes de Bolsonaro, que geralmente se encerram com “KKKKKKKK & KKKKKKKKK”. Enquanto o riso (comumente utilizado pelos internautas em *chats* de conversa informal ou em aplicativos como o *Whatsapp*) confere ao discurso de Bolsonaro certa descontração e gera aproximação e solidariedade entre o Presidente e seus seguidores, ele pode ao mesmo tempo reforçar a ridicularização da imprensa. O mesmo efeito parece acontecer na rede de comentários que insinuam poderem os trabalhadores se autodemitir, aumentar o próprio salário, quando sabemos estarem tais ações fora do poder decisório de empregados. Esses comentários pouco fazem sentido individualmente, mas em rede, na situação discursiva, reforçam a interpretação anterior.



Tanto a polarização “nós” e “eles” no par relacional se sustenta quanto a rede dialógica de violênciaverbal. Referências como “eles”, “essa imprensa”, em contraposição a “nós”, “o presidente, seus ministros e seguidores”, apontam para a intenção de destacar os dois pólos na ordem do discurso. Ao mesmo tempo, o riso final (como havíamos apontado anteriormente) aproxima o presidente dos que também riem com ele do erro do jornal (Tuítes 3 e 4). Temos assim: “nós” – Bolsonaro e seus seguidores (ministros ou partidários) versus “eles” (essa imprensa que publica sobre o presidente e suas decisões).

Em termos de ação pragmática, parece-nos também flutuar no discurso o seguinte não dito: “uma imprensa que lê os pensamentos de um presidente nunca poderá veicular notícias verídicas. O melhor caminho é ler o presidente diretamente nas Redes Sociais e se informar por ele”. Ou ainda: “essa imprensa não é confiável; leiam a mim e desconfiem sempre do que essa imprensa fala sobre mim”. Como Bolsonaro se exprime com frequência em seu Twitter e canais de vídeo no Youtube, a constante preocupação em ser a fonte principal de notícias parece-nos ser um meio de descredenciar a imprensa como fonte de informação e preparar o terreno para ações governamentais futuras que envolvam controvérsia ou disputas ideológicas e políticas. Temos aqui, à luz de Stokoe (2012), uma sequência de descrição (sem vergonha)-categoria (essa imprensa)-predicados (canalha, mentirosa)-ação (defender interesses antinacionais).

O Tuíte 7, publicado em letras maiúsculas, é seguido por um vídeo de 49 segundos da *Folha do Brasil*, canal do presidente no Youtube, em pronunciamento oficial. À luz da etiqueta da internet, significa tom e volume de voz altos, ambos índices de emoção negativa. A elas somam-se índices verbais (uso do imperativo, ‘tome’ e a própria expressão ‘tomar vergonha



na cara’) que configuram o tom violento do discurso. Tanto no tuíte quanto no vídeo encontramos o par relacional “nós” composto por ‘eu’ (presidente Bolsonaro), meu governo e o meu povo versus “eles” composto por ‘essa imprensa’ – jornalistas e mídia em geral, que impactam o andamento das ações governamentais com inverdades (linhas 10 e 11). Trata-se de uma postagem que intensifica o que está sendo problematizado: a verdade (linha 3, duas menções explícitas). Se é para ‘começar a produzir verdade’, tudo o que foi publicado anteriormente à data do vídeo faltou com a verdade. Novamente, parece-nos que todos os jornalistas são alocados a uma mesma coleção, sem restrição, em um processo de categorização que não admite graus de diferença: são todos mentirosos. O sintagma nominal ‘essa imprensa’ aparece na posição de tema por repetição e por meio da morfologia verbal (Brown e Yule, 1983) nas linhas 1, 2, 8 e 10 respectivamente, assumindo qualidade de categoria e sustentando o par relacional que dicotomiza “nós” e “eles”.

Tuíte 7: Jair M. Bolsonaro@jairbolsonaro 16 de janeiro
 - IMPRENSA, TOME VERGONHA NA CARA!”
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1217976022198620160>
 [VIDEO 49s]

LINHA	
1	
2	
3	Bolsonaro
4	
5	
6	
7	
8	Bolsonaro
9	



10	Bolsonaro	Deixem o nosso governo em paz! Pra poder...
11		levar paz, tranquilidade... e harmonia ao
12	Bolsonaro	nosso povo.

Enquanto a categoria de pertencimento ‘nós’ alinha-se à verdade, a outra (‘eles’) alinha-se à mentira (linhas 2, 3 e 4). Se a verdade tem como características a moralidade, a ética e o compromisso com o bem de todos, o contrário, espaço em que residiriam as ações ‘dessa imprensa’ na perspectiva do enunciador, tem como características a ‘falta de vergonha’, inverdades, desarmonia, belicosidade e a intenção de prejudicar ações governamentais bem intencionadas (linhas 11 e 12). Essa interpretação seria ainda corroborada pela sucessão de imperativos nas linhas 2, 8 e 10 (‘comecem a produzir verdades’; ‘tomem vergonha’; ‘deixem o governo em paz’) enunciados em alto tom de voz. Tais ações discursivas têm efeito de acusações e ameaças veladas, ambas aqui entendidas como violência verbal. Não só podem desqualificar por completo o trabalho da imprensa, mas abrir espaço para não ditos no plano pragmático, como por exemplo: ‘Se não tomarem vergonha na cara, posso censurá-los’, sublinhando as relações de poder. O marcador discursivo ‘mas’ (linha 8), antecedido por uma menção negativa à censura e sucedido por um imperativo (‘tomem vergonha na cara’) aponta para essa inferência. Esse “não dito” configura-se também como violência verbal.

Não podemos deixar de discutir o tom messiânico das linhas 3 e 4, enunciadas em volume e tom dramáticos: ‘Só a verdade pode nos libertar!’ Em sentido amplo, ‘messianismo’ refere-se à existência de um messias ou de uma ideologia que acredita na existência de um homem (ou grupo de homens) que salvariam a humanidade. Fato é que o enunciado ‘só a verdade pode nos libertar’ replica o apóstolo João, capítulo 8, versículo 32: “E conhecereis



a verdade, e a verdade vos libertará” no Novo Testamento. Agora, no caso do enunciado proferido pelo Presidente, cabe-nos perguntar o que seria a verdade? Uma verdade que atenda aos propósitos do Governo? Cabe-nos ainda perguntar: libertar-nos de que? Da ditadura do relativismo que coloca em xeque a verdade defendida pelo enunciador? Se assim o é, parece-nos, portanto, configurar-se como mais uma forma de violência verbal, já que o advérbio ‘só’ pode excluir todas as outras formas de verdade (religiosa, moral, ética, ideológica) que não sejam a defendida pelo governo. Emerge desse modo um novo par relacional: “a verdade do governo”, que é a que salva, versus a “verdade da imprensa”, que é a que destorce os bons propósitos daqueles que visam a salvação do povo.

Esses ataques à imprensa desaguam no Tuíte 8, em que o Presidente parece reforçar uma postura semelhante, que desqualifica a imprensa pelo sarcasmo enquanto estratégia de categorização dos pares relacionais “nós” e “eles”; “a verdade do governo” versus “a verdade da imprensa”. Não há comentários do presidente nesse tuíte, apenas o riso, que indexa uma forma de ação.

Tuíte 8: Jair M. Bolsonaro @ jairbolsonaro 19 de janeiro de 2020
“– KKKKKKKKKKKKKKKKKKK.”
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1219046106690215936>

Na sequência de enunciados que estabelecem a categorização por oposição de pares, há ainda a captura de imagem do *UOL Notícias* na qual se lê: “Bolsonaro foi autor de 58% dos ataques contra jornalistas em 2019, diz entidade.” A reportagem se contrasta com a imagem do presidente ao telefone, sorrindo, ao ser fotografado por um celular de um amador do qual só se veem as mãos. Ao fundo da imagem, percebe-se que o presidente está



em uma casa simples, com roupas estendidas no varal e uma árvore no quintal, cenário que pode remeter às residências de classes sociais brasileiras menos abonadas. Na reportagem (cujo link não é disponibilizado no Tuíte⁵), há menção ao patrulhamento sofrido pela imprensa por parte do Governo.

Nos comentários que se seguiram (Tuítes 9 a 12), a rede dialógica exponencia a violência verbal iniciada no Tuíte 8 pelo riso (KKKKK). Há acusações contra a imprensa implícitas (“só mostre a vdd”; “se desculpar de que??”; Tuíte 10) ou explícitas (“a imprensa passou o ano inteiro inventando mentiras e fazendo ataques absurdos contra o presidente e você que ELE se desculpe?”; Tuíte 12). Há ainda acusações entre os internautas que se afiliam às categorias “nós” (“Aiiinn, não se desculpou e mimimi”; Tuíte 12 em resposta ao Tuíte 9) e “eles” (“a coragem move o mundo enquanto os covardes se escondem”; Tuíte 11). Foram 432 comentários que se seguiram, no mesmo dia 19 de janeiro, à resposta ao presidente (Tuíte 9) postada pelo jornalista do Correio Braziliense, que explicitamente acusou o presidente de debochar da imprensa com o riso, no Tuíte 8.

“Ah, Vá!” no Tuíte 12, fecha a rede dialógica de violência verbal no recorte do corpus aqui apresentado. Trata-se de uma agressão direta ao jornalista que reagiu ao riso do Presidente, pois implícita linguagem de baixo calão.

Tuíte 9: em resposta a @jairbolsonaro 19 de janeiro
<https://twitter.com/reporterenato/status/1219046754211024898>
 Em vez de se desculpar, debocha. A honra é um dom de poucos homens.
432 comentários 22 retuítes 720 curtidas
 Tuíte 10: em resposta a @reporterenato e @jairbolsonaro 19/01

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/bolsonaro-foi-autor-de-58-dos-ataques-contrajornalistas-em-2019-diz-entidade.shtml>



Se desculpar de que?? Só mostre a vdd, para de militar e pronto
 Todo mundo sai feliz

1 retuíte 117 curtidas

Tuíte 11: em resposta a @reporterenato 19 de janeiro

Você quer que a imprensa só publique o que o governo quer?
 Desculpe, não será possível. A coragem move o mundo enquanto os
 covardes se escondem.

57 comentários 14 curtidas

Tuíte 12: Em resposta a @reporterenato e @jairbolsonaro

Aiiinn, não se desculpou e mimimi” Desculpar pelo quê? A imprensa
 passou o ano inteiro inventando mentiras e fazendo ataques absurdos
 contra o presidente e você que ELE se desulpe? Ah, Vá!

41 comentários 38 reutítes 1,1 mil curtidas

Portanto, os mecanismos de categorização estabelecem dois tipos de sequência: uma de **descrição** (mentirosa)- **categoria** (imprensa)- **predicados** (responsável por ataques absurdos, não mostrar a verdade, militar) - **ação** (prejudicar o governo e ações que visam o bem estar de pessoas como ele, da classe média) em um par relacional em que o ‘nós’ é o presidente e seus seguidores e o ‘eles’ a imprensa; e outra de **descrição** (debochado; sem honra) - **categoria** (“eles”, presidente e governo”) – **predicados** (perseguidor da imprensa) – **ação** (impedir a disseminação de reflexões críticas sobre as ações governamentais) em um par relacional que polariza a imprensa e o presidente, mas em que a imprensa é o “nós” e o governo o “eles”, invertendo quem é quem no par relacional.

Em contraposição aos mecanismos de categorização que o posicionam como “eles” e que têm como predicado perseguir a imprensa, no Tuíte 130 presidente evita a imprensa (**predicado**: “não dar mais entrevista”) e posiciona-se como vítima dela (**categoria posicionada**: “sou acusado de agredir”). Ao ser questionado repetidamente sobre os escândalos do governo ou sobre a nomeação da atriz Regina Duarte para o cargo de secretária da



cultura, o Presidente parece refugiar-se nas alegadas agressões dele contra a imprensa como justificativa para não mais conceder entrevistas.

Tuíte 13: Jair M. Bolsonaro @ jairbolsonaro 22 de janeiro
 “Como sou acusado de agredir a imprensa com entrevistas, a solução é não dar mais entrevistas. Bom dia a todos!”
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1219962969443966976>
 [VÍDEO 0:23s]

LINHA		
1	Bolsonaro	Eu quero falar com vocês, mas a situação () jornalismo quando eu falo eu agrido vocês. Então como eu sou uma pessoa da paz, não vou dar entrevista.
2		
3		
4		
5	J1	Regina Duarte...
6	J2	Que horas o senhor encontra a Regina Duarte, Presidente?
7		
8	J3	Como é que vai ser o dia com a Regina Duarte?
9		
10	Bolsonaro	Gente (.) Eu não posso... eu não posso agredir vocês aí... ((vaia e gritos))
11		
12	J2	Presidente
13	Bolsonaro	...manda tirá o processo que eu volto a conversar com vocês.
14		
15	J2	... que horas é o encontro, Presidente? ((aplausos 0:16-0:19))
16		
17	J1	Presidente...o processo não é a gente que encaminha, Presidente. Como vai mandar tirar?
18		
19		

Do mesmo modo, usa da cordialidade verbal ao cumprimentar os repórteres, ao expressar desejo de falar (“quero falar”, “ser da paz” nas linhas 1 e 2) e ao modalizar (“não posso . não posso agredir” linha 10), predicados que reforçam uma categorização discursiva de si como vítima da imprensa e da imprensa como intolerante. Um dos jornalistas (linhas 17-19) fecha a interação problematizando a condição impeditiva que o Presidentemencionara – um processo movido contra Bolsonaro pelos jornalistas. Ele (J1) explica



que somente as entidades de classe, que representam os jornalistas, poderiam entrar ou retirar um processo; não eles, jornalistas. No entanto, em notícia do dia 22 de janeiro, a Federação Nacional dos Jornalistas havia já informado ser tal processo inexistente⁶. O voto de silêncio do Presidente e a inexistência do processo parecem reforçar a performance de vítima e pacifista construída pelo enunciador (“nós”) contra uma imprensa belicosa (“eles”). As ações discursivas que se desenrolaram de 19 de janeiro a 22 de janeiro podem ter preparado o terreno para a recusa do presidente em falar com os jornalistas, assim como para ações futuras relacionadas à imprensa e às atividades que a constituem.

CONCLUSÃO

Os tuítes, comentários e vídeos analisados formam uma rede dialógica ao coordenar o trabalho de categorização dos participantes contra ou a favor do ‘nós’ e do ‘eles’ por meio da violência verbal sinalizada por silêncios, referências desqualificadoras, generalizações, ameaças, acusações, não ditos, mudança nas atividades que fazem parte da profissão de um dos pares e a construção de categorias posicionadas. Trata-se de uma rede de alta coerência dialógica, já que os mecanismos de categorização são muito semelhantes e assim facilitam o emprego do corolário da economia proposto por Sacks (1992).

Já os predicados que caracterizam as ações de cada um dos lados do conflito como ‘nós’ ou ‘eles’ dependem do enunciador e seu ponto de vista. Tanto a imprensa quanto o Presidente podem ser categorizados como ‘nós’ e

⁶ Ver notícia em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/22/interna_politica,822442/bolsonaro-evita-imprensa-por-causa-de-processo-que-nao-existe.shtml



como ‘eles’. No Tuíte 12, por exemplo, o voto de silêncio do Presidente acaba por construir uma categoria posicionada em que Bolsonaro é a vítima da imprensa e não o contrário. A violência verbal aqui seria a própria ação de impedir que os jornalistas exerçam suas funções.

Neste sentido, observamos várias comunalidades com estudos que se apoiaram na MCA. Dentre eles, ressaltamos os de Leudar, Nekvapil e Marsland (2004) e Leudar e Nekvapil (2000) que problematizam como as categorias de pertencimento emergem e se modificam discursivamente. De acordo com os autores, há três modos de o fenômeno acontecer no discurso: por meio de mudança nos predicados normativamente ligados a categoria (quais são as atividades ligadas a cada um; a disposição de agir de um determinado modo; as características pessoais); por meio de reespecificação nas incumbências de cada um; e por meio de alteração na coleção na qual a categoria fora alocada. Vimos aqui neste estudo uma demonstração de como isso pode ocorrer. A violência verbal foi manifestada via silêncio em oposição a um alegado processo movido pela imprensa contra o Presidente. Ao mesmo tempo, a disposição do presidente para a violência verbal sofreu igual alteração, pois ao contrário do que houve nos tuítes anteriores, no Tuíte 12 ele performa de modo pacifista. Ao mesmo tempo, incumbências que são da imprensa (entrevistar, divulgar ações governamentais) foram impedidas e reespecificadas pelo silêncio, culminando na realocação da coleção em que cada categoria (‘imprensa’ e ‘presidente’) fora alocada. Quem era vítima passou a ser o agressor. Não são processos independentes; sim articulados dialogicamente (LEUDAR; NEKVAPIL; MARS LAND, 2004, p. 262) dentro de uma situação discursiva e contexto sociopolítico.



De todo modo, em todos os estudos resenhados e no que aqui ilustramos, as categorias de pertencimento não parecem emergir como meras representações discursivas, mas podem se relacionar com ações. No nosso caso, conforme materializado na Rede Dialógica, podem estar justificando ações passadas em que o Presidente acusara os jornalistas de faltar com a verdade. Podem também estar apontando para o futuro, pois a exemplo do que aconteceu na análise de Leudar, Nekvapil e Marsland (2004), preparam o terreno para ações futuras (o silêncio e o posicionamento de vítima) que parecem orientadas a gerar rejeição à imprensa pelo público ou ainda um possível patrulhamento do que é noticiado. Tal qual aconteceu no estudo de Nekvapil e Leudar (2000), os tchecos categorizavam os romenos negando aspectos que consideravam positivos em si próprios para provocar a rejeição dos romenos pelo público ou gerar protestos contra essa mesma rejeição. Podemos estar testemunhando ações discursivas que visam efeitos pragmáticos semelhantes.

O olhar para o contexto sociocultural e histórico (passo 4 de STOKOE, 2012) visa entender possíveis explicações para a violência verbal veiculada no Twitter pelo presidente e pelos comentários de internautas, assim como refletir criticamente sobre seus desdobramentos morais, sociais e políticos por meio de um exame dos fatos que se coadunam ou não com a orientação dos interlocutores. Os ataques verbais à imprensa ou por ela impetrados materializam-se na polarização dos pares relacionais ‘nós’ e ‘eles’, ‘essa’ e ‘esta’ que pode gerar desconfiança e o constante questionamento da sociedade sobre a idoneidade da imprensa e/ou do presidente em relação ao compromisso com a moral e a ética.

O Brasil viveu um período eleitoral repleto de escândalos e notícias falsas (*fake news*). O primeiro ano de Governo seguiu com escândalos



protagonizados pelo filho mais velho do Presidente, principalmente com o assassinato não explicado do capitão Adriano da Nóbrega, tido como parte das relações de Flávio Bolsonaro. O fato de o presidente colocar em questão notícias publicadas pela imprensa, generalizando e categorizando toda a mídia como mentirosa e contrária aos interesses do país, parece assim visar criar dúvidas quanto à moral e ética dos jornalistas.

Por outro lado, a situação discursiva e o contexto sociopolítico parecem explicar a reação de jornalistas aos comentários de internautas e às postagens do Presidente, categorizando-o como debochado, sem honra, perseguidor da imprensa, colocando em questão a disposição do Governo em permitir a livre ação da imprensa no exercício de suas atividades. Essas incluem a reflexão crítica sobre fatos do cenário político nacional.

Ao sublinhar que não censuraria a imprensa em de seus tuítes, o Presidente abre espaço para o não dito: por enquanto, pois ao se negar a responder perguntas sobre as ações governamentais, na realidade, impede os jornalistas de executarem atividades ou incumbências que a eles pertencem, de acordo com a ordem normativa dos direitos e deveres da imprensa. Como pontuaram Balocco e Shepherd (2017), são os aspectos interacionais em um cenário de conflito que semeiam o terreno para a violência verbal: a percepção da imprensa como antagonista ao programa de governo, às informações ainda não esclarecidas sobre casos como a morte do ex-capitão do BOPE carioca, emergem dos dados como a origem dos ataques ou acusações que redundam em categorizações que desqualificam moral e eticamente a imprensa.

Ecoando a voz de Morato e Bentes (2017, p.24-25), fechamos afirmando que categorizar é etiquetar, conceber e significar as coisas do mundo por meio da linguagem. Ao categorizarmos e nos manifestarmos publicamente,



construímos versões públicas do mundo. Bolsonaro publica sua versão de mundo em seu canal de YouTube e em seu Twitter. Os internautas e a própria imprensa fazem o mesmo ao dialogarem com ele nas Redes. Faz parte dos rituais sociointeracionais saber o que dizer, quando dizer e como dizer, principalmente em se tratando de espaços públicos como a internet. Sustentar esses rituais em muito agregaria à ordem institucional, à ordem moral e à ordem sociopolítica no Brasil de hoje, principalmente no que tange ao respeito à diversidade de pensamento.

REFERÊNCIAS

BALOCCO, A. E; SHEPHERD, T. M.G. “A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional”. In: **DELTA**, v. 33, n.4, p.1013-1037, 2017.

BROWN, G; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHIARA, G. **Entre insultos e falsas harmonias**: a construção dos efeitos de agressividade no discurso político eleitoral na campanha de 2014. 134 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

CORPUS. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro?lang=fr>. Acesso em: jul.2021.

CUNHA, D. de A. “Violência verbal nos comentários de leitores publicados em sites de notícia”. In: **Calidoscópio**, v. 11, n. 3, p. 241-249, 2013. Doi: 10.4013/cld.2013.113.02.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.



FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FITZGERALD; R.; HOUSLEY, W.. **Advances in membership categorization analysis**. London: Sage, 2015.

HASAN, J.M. “A linguistic analysis of in-group and out-group pronouns in Hosni Mubarak’s Speech”. In: **Journal of Basrah Researches**(Humanities Series), v. 38, n.2, p.5-24, 2011.

HAUSENDORF, H. **Zugehörigkeit durch Sprache: eine linguistische Studie am Beispiel der deutschen Wiedervereinigung**. Tübingen: Niemeyer, 2000.

LEUDAR, I; MARSLAND, V; NEKVAPIL, J. “On membership categorization: ‘us’, ‘them’ and ‘doing violence’ in political discourse”. In: **Discourse & Society**, v. 15, n.2-3, p. 243-266, 2004.

LEUDAR, I.; NEKVAPIL, J. “Presentations of Romanies in the Czech media: On Category Work in Television Debates”. In: **Discourse & Society**, v. 11, p.487–513, 2000.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MEY, J. **Pragmatics: An Introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.

MEADOWS, B. “Distancing and showing solidarity via metaphor and metonymy in political discourse: a critical study of American statements on Iraq during the years 2004-2005”. In: **Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines** v. 1, n.2, p.1-17, 2007.

MORATO, E; BENTES, A. C. “O mundo tá chato: algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem”. **Revista USPS**, n. 115, p.11-28. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/10/justica-condena-bolsonaro-por-fala-sobre-quilombolas-1014102246.html>. Acesso em: fev.2020.



NEKVAPIL, J; LEUDAR, I. “On dialogical networks: Arguments about the migration law in Czech mass media in 1993”. In:HESTER, S; HOUSLEY, W (Orgs.),**Language, interaction and national identity**, Aldershot: Ashgate, 2002. p. 60–101.

ODEBUNMI, A.; OLANIYAN, K.“Perspectivization in fiction: A deictic study of Wole Soyinka’s *ake*”.In: **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, USP, S. Paulo, v. 27-28, p. 135-149, 2006/2007.

OYAMA, T. “O risco de querer ser amado”.Artigo de Opinião. **Jornal O GLOBO**. 11/02/2020. p. 2. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigo-risco-de-querer-ser-amado-24241406>. Acesso em: fevereiro de 2020.

PADUA, J. P. “Apenas encaminhado: categorizações como estratégias discursivas de (in)efetivação de garantias fundamentais em uma decisão do Supremo Tribunal Federal”. In: **Language and Law / Linguagem e Direito**, v. 4, n.1, p. 60-72, 2017.

PENNYCOOK, A. “The politics of pronouns”. In: **ELT Journal**, v. 48, n. 2, p. 173-178,1994.

SACKS, H. **Lectures on conversation**. Cambridge, MA: Blackwell, 1992.

SARGENTINI, V. M. “Análise do discurso político:Semiologia e história”. In: XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 13 de junho de 2011. **Libro de Resúmenes**.Alcalá, Espanha: Editorial Universidad de Alcalá, 2011.p. 1687-1696.

SCHEGLOFF, E. A. “A tutorial on membership categorization”. In: **Journal of Pragmatics**, v. 39, p. 462-482, 2007.

AUTOR. 2013, p.17- 35.



STOKOE, E. “Moving forward with membership categorization analysis: Methods for systematic analysis”. In: **Discourse Studies**, v. 14, n.3, p. 277-303, 2012.

TRASK, R.L. **Key concepts in language and linguistics**. London: Routledge, 1999.

TUMASJAN, A. et al. “Election forecasts with Twitter: How 140 characters reflect the political landscape”. **Social Science Computer Review**, v. 29, p. 402-418, 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1833192> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1833192>. Acesso em: 12 de set. 2021.

VAN DIJK, T. “Politics, ideology, and discourse”. In: BROWN, K. (Org.), **The Encyclopaedia of Language and Linguistics**. Oxford: New York: Pergamon Press, 2006. v. 9, p. 728-740.

ZAPPAVIGNA, M. **Discourse of Twitter and social media: How to use language to create affiliation on the web**. London: Continuum, 2012.
ANEXO: convenções de transcrição

(0.5)	Pausa em décimos de segundos
.	Descida de entonação
?	Subida de entonação
(())	Comentários do transcritor
,	fala contígua
—	Sublinhado tom e volume de voz altos
...	micropausa de menos de dois décimos de segundo
()	fala incompreensível